

A Hegemonia da Volatilidade: A Estratégia da Impetuosidade e a Reconfiguração da Ordem Global (2024-2026)

The Hegemony of Volatility: The Strategy of Impetuosity and the Reconfiguration of the Global Order (2024-2026)

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.153169>

Mariane Silverio
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil
mariane.silverio@outlook.com  

Resumo

A presente Análise de Conjuntura investiga a transformação estrutural da ordem internacional no biênio 2024-2026, período marcado pela consolidação de uma política externa norte-americana fundamentada na incerteza sistêmica, na coerção econômica e na instrumentalização da *Madman Theory* (Teoria do Louco). O objetivo central é compreender como grandes potências (China, Rússia, União Europeia) e potências emergentes do Sul Global (Brasil) adaptaram suas estratégias de segurança e inserção internacional para sobreviver ao colapso da previsibilidade multilateral. A ancorando-se no Realismo Neoclássico e em diálogo com a noção maquiavélica de *virtù* e *Fortuna*, argumenta-se que a volatilidade hegemônica converteu-se no próprio princípio estruturante das relações internacionais contemporâneas. A metodologia baseia-se na análise qualitativa comparada de documentos oficiais, dados do comércio global e pronunciamentos diplomáticos. Os resultados evidenciam que as respostas estatais foram mediadas por variáveis intervenientes domésticas: enquanto a China acelerou sua autonomia tecnológica via "Dupla Circulação" e a Rússia consolidou sua economia de guerra voltada à Ásia, a União Europeia incorreu em subequilíbrio político (*underbalancing*). No caso brasileiro, demonstra-se como a polarização política e a ausência de consenso entre as elites limitaram a capacidade retaliatória do Estado frente à coerção tarifária unilateral, forçando o país ao Não-Alinhamento Ativo e ao aprofundamento pragmático de parcerias no BRICS. Conclui-se que a resiliência estratégica suplantou o institucionalismo liberal como o ativo de poder primário na ordem global.

Palavras-chave: Realismo Neoclássico; Teoria do Louco; Política Externa dos EUA.

Abstract

This Conjecture Analysis investigates the structural transformation of the international order in the 2024-2026 period, characterized by the consolidation of a U.S. foreign policy grounded in systemic uncertainty, economic coercion, and the weaponization of the Madman Theory. The central aim is to understand how great powers (China, Russia, European Union) and emerging powers from the Global South (Brazil) adapted their grand strategies to survive the collapse of multilateral predictability. Framed by Neoclassical Realism and in dialogue with the Machiavellian concepts of *virtù* and *Fortuna*, it is argued that hegemonic volatility has shifted from a negotiating tactic to a structuring principle of contemporary international relations. The methodology is based on a comparative qualitative analysis of official documents, global trade data, and diplomatic statements. The results indicate that state responses were mediated by domestic intervening variables: while China accelerated technological autonomy via "Dual Circulation" and Russia consolidated a war economy pivoting to Asia, the European Union suffered from political underbalancing. In the Brazilian case, the findings demonstrate how domestic political polarization and a lack of elite consensus constrained state retaliation against unilateral tariff coercion, forcing a pragmatic Active Non-Alignment and deeper integration with BRICS. It concludes that strategic resilience has superseded liberal institutionalism as the primary power asset in the contemporary global order.

Keywords: Neoclassical Realism; Madman Theory; US Foreign Policy.

Recebido: 24 Janeiro 2026
Aceito: 23 Agosto 2026

Conflitos de interesse: A autora não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

A paisagem geopolítica consolidada após as eleições presidenciais norte-americanas de 2024 e o subsequente retorno de Donald Trump à Casa Branca desafiam e expõem as limitações estruturais das categorias analíticas convencionais do institucionalismo liberal (Rose, 1998; Salles, 2023). A transição acelerada de um sistema internacional pautado, ainda que de forma altamente imperfeita e assimétrica, por regras previsíveis e regimes multilaterais de cooperação, para um ambiente dominado pela gestão deliberada da imprevisibilidade, exige uma reavaliação profunda e urgente das ferramentas teóricas das Relações Internacionais (Schelling, 1960; Schweller, 2006).

Nesse horizonte analítico configurado pelo biênio 2024-2026, observa-se que os parâmetros normativos e as instituições internacionais criadas no pós-Segunda Guerra Mundial sofrem um processo irreversível de erosão funcional e erosão de legitimidade (Fortin; Heine; Ominami, 2023). Para decifrar a complexa dinâmica de poder que rege as interações estratégicas entre Washington, Bruxelas, Moscou, Pequim e Brasília, torna-se imperativo recorrer a um arcabouço conceitual sofisticado que combine as intuições da filosofia política clássica com a densidade analítica das teorias contemporâneas de Análise de Política Externa (Rose, 1998; Maquiavel, 2010).

A premissa central e o fio condutor desta análise sustentam que a administração dos Estados Unidos não operou a volatilidade diplomática e econômica apenas como um subproduto acidental de um estilo de liderança idiossincrático ou irracional. Pelo contrário, o governo hegemônico institucionalizou a instabilidade como uma ferramenta central de governança estatal, barganha coercitiva e projeção de poder geopolítico no sistema global (McManus, 2021; Salles, 2023).

A imposição súbita e discricionária de tarifas punitivas, o questionamento existencial de alianças militares históricas como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a fusão deliberada entre disputas comerciais de Estado e vendetas políticas pessoais criaram um teatro internacional profundamente hostil (Budget Lab, 2025; Federal Register, 2025). Nesse novo cenário, a "prudência" – tradicionalmente celebrada como a virtude máxima da diplomacia clássica – converteu-se em uma vulnerabilidade tática, abrindo espaço para um paradigma onde a capacidade de prever ações cedeu lugar à necessidade imperativa de absorver choques sistêmicos (Maquiavel, 2010; McManus, 2021).

Contudo, a resposta do sistema internacional a essa emergente "Hegemonia da Volatilidade" não se deu de forma uniforme nem linear entre as grandes potências e os atores do Sul Global (Fortin; Heine; Ominami, 2023; Schweller, 2006). O impacto do comportamento hegemônico variou dramaticamente em função da estrutura política interna, da capacidade de mobilização de recursos e da autonomia tecnológica de cada Estado impactado (NBS, 2025; Rose, 1998).

Enquanto a República Popular da China registrou superávits comerciais recorde que ultrapassaram a marca histórica de US\$ 1,2 trilhão, impulsionados pela estratégia de "Dupla Circulação" e pelo transbordo comercial via terceiros países (Customs General Administration of China, 2026; Manufacturing.net, 2026), a União Europeia oscilou perigosamente entre a retórica defensiva de sua autonomia estratégica e a paralisia institucional diante de ameaças diretas à sua integridade territorial e industrial (KPMG, 2025; Político, 2026).

A Federação Russa, por sua vez, demonstrou alta resiliência adaptativa ao consolidar uma economia de guerra altamente militarizada, utilizando o ambiente de incerteza para aprofundar definitivamente seu pivô energético e diplomático em direção ao continente asiático (CSIS, 2025; The Electricity Hub, 2026). Simultaneamente, o Brasil viu-se forçado a navegar a mais grave crise bilateral com os Estados Unidos em dois séculos, buscando se equilibrar entre a coerção econômica direta representada pela Ordem Executiva 14323 e o aprofundamento pragmático de suas relações multilaterais no âmbito do BRICS e do Sul Global (Araripe; Peruffo; Cunha, 2025; Federal Register, 2025).

Para explicar a variação observada nas respostas estatais a essa conjuntura de instabilidade sistêmica, este trabalho adota o Realismo Neoclássico como lente analítica principal (Rose, 1998; Schweller, 2006). Conforme teorizado na literatura fundamental da área, as pressões e incentivos do sistema internacional (a variável independente, aqui

traduzida pela volatilidade hegemônica dos EUA e pela distribuição relativa de poder) não se traduzem direta nem automaticamente em escolhas de política externa (Rose, 1998).

Essas pressões externas são necessariamente filtradas e processadas por variáveis intervenientes situadas no nível doméstico do Estado (Rose, 1998; Schweller, 2006). Dentre tais variáveis, destacam-se a coesão das elites políticas, a percepção estratégica dos tomadores de decisão, a estabilidade e vulnerabilidade dos regimes políticos e a capacidade extrativa do aparelho estatal para mobilizar recursos da sociedade em prol da segurança nacional (Rose, 1998; Schweller, 2006).

A partir desse enquadramento, argumenta-se que a "resiliência estratégica" – conceituada como a capacidade institucional, econômica e tecnológica de um Estado de absorver impactos externos sem colapsar política ou socialmente – suplantou a dissuasão militar convencional como o ativo de poder e a moeda mais valiosa no sistema contemporâneo (Rose, 1998; Salles, 2023). Os Estados que falharam em construir "diques" internos contra a instabilidade externa viram-se empurrados para dinâmicas de subequilíbrio (*underbalancing*) e vulnerabilidade estratégica (Schweller, 2006; Maquiavel, 2010).

Metodologicamente, esta pesquisa configura-se como uma Análise de Conjuntura de abordagem qualitativa e caráter explicativo-interpretativo, fundamentada no método comparativo (Rose, 1998). A escolha do recorte temporal delimitado pelo biênio 2024-2026 justifica-se pelo fato de este período concentrar uma inflexão estrutural na condução da política externa norte-americana, cujos desdobramentos geraram efeitos em cascata sobre a arquitetura do comércio e da segurança multilateral (McManus, 2021; Budget Lab, 2025).

Para investigar empiricamente as variações nas respostas estatais à conduta coercitiva de Washington, delineou-se um desenho de pesquisa ancorado na seleção intencional de quatro estudos de caso por amostragem teórica (Rose, 1998; Schweller, 2006):

1. China: Potência de contrapeso à polaridade, caracterizada por alta capacidade extrativa estatal, elevado consenso de elite e avançada autonomia tecnológica (NBS, 2025);
2. Rússia: Ator revisionista em regime de economia de guerra, reorientando estrategicamente para o eixo eurasiático e asiático (CSIS, 2025);
3. União Europeia: Bloco regional de elevada escala econômica, porém marcado por fragmentação federativa e fragilidade na coesão das elites nacionais (SIPRI, 2025);
4. Brasil: Potência média emergente e liderança do Sul Global, caracterizada por profunda polarização política doméstica e vulnerabilidade a sanções e coerção unilateral (Fortin; Heine; Ominami, 2023; CEBRI, 2025).

A coleta de dados empíricos e qualitativos estruturou-se em três pilares documentais complementares (Rose, 1998): em primeiro lugar, a documentação oficial e normativo-legal, que engloba Ordens Executivas da Casa Branca (a exemplo da *Executive Order 14323*), comunicados e relatórios estatísticos do Gabinete Nacional de Estatísticas da China, bem como relatórios estratégicos institucionais do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) e do *Center for Strategic and International Studies* (CSIS) (CSIS, 2025; Federal Register, 2025; NBS, 2025; SIPRI, 2025).

Em segundo lugar, a pesquisa utilizou dados econômicos e comerciais primários, obtidos junto às bases de dados do *U.S. Census Bureau*, da Administração Geral de Alfândegas da China e do Banco Central do Brasil, permitindo a mensuração precisa dos fluxos de exportação, triangulação de mercadorias e reorientação de reservas financeiras (Araripe; Peruffo; Cunha, 2025; Customs General Administration of China, 2026; US Census Bureau, 2026).

Em terceiro lugar, foram analisadas declarações diplomáticas, pronunciamentos oficiais e reportagens investigativas publicadas por veículos de imprensa especializados e centros de análise de política internacional, incluindo *Al Jazeera*, *Politico*, *Chatham House* e *Global Times* (Al Jazeera, 2024; Chatham House, 2026; Global Times, 2026; Politico, 2026).

O tratamento e a triagem desse material foram conduzidos por meio da Análise de Conteúdo e Enquadramento Teórico, categorizando os dados empíricos de acordo com os postulados do Realismo Neoclássico (Rose, 1998). Buscou-se estabelecer a correlação direta entre os choques sistêmicos e o papel mediador das variáveis intervenientes domésticas, explicando o porquê de determinados Estados responderem com balanceamento efetivo enquanto outros incorreram em sub-equilíbrio ou acomodação (Rose, 1998; Schweller, 2006).

A estrutura organiza-se em seções encadeadas: primeiramente, versa-se sobre a fundamentação teórica que conecta a teoria da *virtù* e *Fortuna* em Maquiavel às formulações modernas da *Madman Theory* e ao Realismo Neoclássico (Ellsberg, 1959; Maquiavel, 2010; Rose, 1998; Schweller, 2006). Em seguida, examina-se a política externa dos Estados Unidos no biênio 2025-2026 como o motor primário da instabilidade sistêmica (Budget Lab, 2025; Salles, 2023).

Posteriormente, apresentam-se os quatro estudos de caso empíricos – China, Rússia, União Europeia e Brasil –, demonstrando o impacto das variáveis domésticas no desempenho de cada ator (Fortin; Heine; Ominami, 2023; CSIS, 2025; NBS, 2025; SIPRI, 2025). Por fim, na conclusão, verificam-se as transformações da "nova gramática do poder", demonstrando que a sobrevivência e a segurança na ordem contemporânea pertencem não aos que buscam regras, mas aos que constroem muralhas contra a Fortuna (a incerteza hegemônica) (Rose, 1998; Maquiavel, 2010).

A Dialética do Poder: A Lente Maquiavélica e o Realismo Neoclássico

A compreensão adequada e rigorosa da ordem global contemporânea exige um diálogo profícuo e sistemático entre a filosofia política clássica e as modernas teorias de Análise de Política Externa (Rose, 1998; Schweller, 2006; Maquiavel, 2010). Argumenta-se que a convergência analítica entre o conceito renascentista de *Fortuna* em Maquiavel e o arcabouço das "variáveis intervenientes" do Realismo Neoclássico provê um modelo teórico robusto para examinar a complexa interação entre a agência dos líderes, o papel da imprevisibilidade e as restrições impostas pelas estruturas de poder sistêmicas (Ellsberg, 1959; Rose, 1998; Maquiavel, 2010).

No capítulo XXV de *O Príncipe*, Maquiavel (2010) debruça-se sobre o papel da *Fortuna* – conceituada como a força avassaladora, imprevisível e caótica que governa metade das ações humanas, deixando a outra metade ao arbítrio da *virtù*. Ao contrário da tradição humanista e escolástica de sua época, que pregava a prudência contemplativa, a temperança e a moral normativa como meios de mitigar as incertezas do acaso, o pensador florentino rompe com o paradigma clássico e prescreve uma abordagem agressiva, impetuosa e proativa para dominar a instabilidade (Maquiavel, 2010):

Creio, certamente, que é melhor ser impetuoso do que cauteloso, pois a Fortuna é mulher e, se quiseres dominá-la, é necessário bater-lhe e contrariá-la. Vê-se que ela se deixa vencer mais frequentemente pelos impetuosos do que por aqueles que procedem friamente (Maquiavel, 2010, p. 125).

A transposição e a aplicação contemporânea desse princípio iluminam a lógica estratégica subjacente à política externa dos Estados Unidos no cenário do biênio 2024-2026 (McManus, 2021; Salles, 2023). É imperativo notar, contudo, que essa impetuosidade não deve ser lida como mero impulso irracional ou descontrole comportamental (Ellsberg, 1959; McManus, 2021). Pelo contrário, ela é operacionalizada por meio de uma sofisticada evolução da *Madman Theory* (Teoria do Louco), articulada originalmente no contexto da Guerra Fria (Ellsberg, 1959; Schelling, 1960; Haldeman, 1978).

Diferente de uma irracionalidade genuína ou patológica, a estratégia contemporânea configura-se como uma simulação racional e calculada de irracionalidade (Schelling, 1960; McManus, 2021). Trata-se da *virtù* de ostentar a máscara do "líder imprevisível" para paralisar o cálculo custo-benefício do adversário, retirar-lhe a iniciativa estratégica e transformar a volatilidade em um ativo intencional de governança e barganha internacional (Maquiavel, 2010; McManus, 2021).

Ao introduzir uma instabilidade deliberada no sistema internacional – manifestada pelo rompimento unilateral de acordos multilaterais, pela imposição repentina de tarifas comerciais punitivas e pela transgressão ostensiva dos protocolos diplomáticos –, observa-se que o hegemom não opera ao acaso (McManus, 2021; Budget Lab, 2025; Federal Register, 2025). Pelo contrário, busca-se "dominar a Fortuna" ao forçar adversários e aliados a uma posição de reação permanente diante de movimentos imprevistos (Maquiavel, 2010; Salles, 2023). Essa dinâmica desestabiliza as projeções dos concorrentes e obriga a reordenação do sistema em torno da vontade e das exigências da potência hegemônica, convertendo a volatilidade em uma *virtù* ofensiva (Maquiavel, 2010; McManus, 2021).

Para os Estados que orbitam ou confrontam essa potência volátil, a apego estrito a regras formais, a estabilidade institucional rígida e a lentidão burocrática deixam de ser virtudes normativas e convertem-se em vulnerabilidades estratégicas graves (Schweller, 2006; Maquiavel, 2010). Como advertia Maquiavel (2010), a *Fortuna* demonstra seu poder demolidor onde não existe resistência organizada e preventiva, dirigindo sua violência justamente para os pontos onde não foram erguidos "diques e reparos" capazes de conter sua fúria.

Transpondo essa metáfora hidráulica para as Relações Internacionais do período 2024-2026, nota-se que os Estados que falharam em construir "diques" estruturais – definidos aqui como capacidade de autonomização tecnológica, diversificação comercial defensiva, coesão política de suas elites e resiliência financeira – acabaram inundados pela impetuosidade da diplomacia coercitiva norte-americana (Rose, 1998; Schweller, 2006; Maquiavel, 2010).

A transição conceitual da *virtù* renascentista para a análise de segurança contemporânea encontra sua ponte teórica na *Madman Theory* (Ellsberg, 1959; Schelling, 1960; McManus, 2021). Articulada academicamente por Ellsberg (1959) e aprofundada por Schelling (1960) na teoria dos jogos coercitivos, a tese postula que a percepção crível de que um tomador de decisão é irracional, impetuoso ou desprovido de aversão ao risco confere-lhe vantagens desproporcionais em processos de barganha sob ameaça (Schelling, 1960; McManus, 2021).

Se um oponente é levado a crer que um líder é volátil o suficiente para desencadear um desastre mútuo – como uma guerra comercial de soma zero, o desmonte de alianças militares históricas ou uma escalada militar incontrolável –, a tendência do ator racional é ceder, fazendo concessões assimétricas para evitar o risco da catástrofe iminente (Ellsberg, 1959; Schelling, 1960; McManus, 2021).

Historicamente, Richard Nixon operacionalizou esse conceito durante a Guerra do Vietnã, projetando deliberadamente uma imagem de obsessão e imprevisibilidade para coagir os adversários soviéticos e vietnamitas a negociarem em termos favoráveis a Washington (Haldeman, 1978). No entanto, no cenário geopolítico de 2024-2026, essa estratégia sofreu uma mutação qualitativa e estrutural (McManus, 2021; Salles, 2023).

Diferente da "loucura situacional" e secreta manipulada por Nixon no século XX, a volatilidade contemporânea é sistêmica, pública e alimentada por mídias digitais e ordens executivas instantâneas (McManus, 2021; Salles, 2023; Federal Register, 2025). A constante incerteza sobre a imposição de tarifas generalizadas ou o eventual abandono de compromissos coletivos de defesa paralisa a capacidade de cálculo prospectivo das chancelarias globais (McManus, 2021; Budget Lab, 2025), consolidando a ambiguidade estratégica como a ferramenta coercitiva primária do hegemom (McManus, 2021; Salles, 2023).

Todavia, para compreender por que a mesma impetuosidade hegemônica produziu respostas profundamente heterogêneas em Pequim, Moscou, Bruxelas e Brasília, torna-se necessário recorrer à sofisticação analítica do Realismo Neoclássico (Rose, 1998; Schweller, 2006). Rompendo com o determinismo do Realismo Sistemico ou Neorealismo, Rose (1998) argumenta que não existe um sinal transmissor direto ou automático entre as pressões anárquicas do sistema internacional e a formulação da política externa dos Estados.

O impacto das pressões sistêmicas e da distribuição relativa de poder (variável independente) é filtrado, distorcido e mediado por variáveis intervenientes de nível doméstico, situadas no interior do próprio aparelho estatal e de suas elites políticas (Rose, 1998; Schweller, 2006). Nesse horizonte, Schweller (2006) expande o modelo realista ao conceitualizar o fenômeno do "sub-equilíbrio" (*underbalancing*): a falha estrutural, a lentidão ou a incapacidade de Estados ameaçados em mobilizar recursos materiais e políticos internos para fazer frente a uma ameaça externa clara e iminente.

Schweller (2006) identifica quatro variáveis intervenientes críticas que determinam a capacidade de um Estado de responder eficazmente aos choques do sistema: a coesão da elite (grau de consenso entre os decisores sobre a natureza da ameaça), o consenso da elite (ausência de fraturas ideológicas internas), a coesão social (nível de fragmentação da sociedade) e a vulnerabilidade do regime (grau de estabilidade das instituições políticas) (Rose, 1998; Schweller, 2006).

Esse modelo teórico elucida com precisão os contrastes empíricos observados no biênio 2024-2026 (Rose, 1998; Schweller, 2006). A China, dotada de elevada coesão de elite e forte capacidade extrativa estatal, logrou implementar um balanceamento defensivo e um desacoplamento tecnológico altamente eficaz (Rose, 1998; NBS, 2025). Em contrapartida, a União Europeia e o Brasil, afetados por fraturas ideológicas e polarização política interna, incorreram em dinâmicas de subequilíbrio, patinando entre a paralisia decisória e respostas reativas (Schweller, 2006; CEBRI, 2025; SIPRI, 2025).

Conclui-se que a polarização política doméstica nos Estados Unidos, embora eroda a previsibilidade e a credibilidade de seus compromissos internacionais no longo prazo (Rose, 1998; McManus, 2021), alimenta e fortalece, paradoxalmente, a eficácia imediata da *Madman Theory* no curto e médio prazo (Ellsberg, 1959; McManus, 2021). A ambiguidade resultante dessa dinâmica consolida a incerteza não como um acidente percalço diplomático, mas como o próprio paradigma estruturante da ordem global contemporânea (Schweller, 2006; McManus, 2021; Salles, 2023).

A Arquitetura do Caos e o Espectro das Respostas Estatais (2025-2026)

A política externa norte-americana no biênio 2025-2026 caracterizou-se pela *weaponization* (armamentização) sistemática das interdependências econômicas multilaterais e pela fusão deliberada entre disputas comerciais de Estado e objetivos de coerção política. Sob a administração republicana, Washington passou a tratar aliados históricos e adversários estratégicos sob a mesma lógica transacional estrita, dinamitando pontes diplomáticas institucionais.

A característica definidora de 2025 foi a transformação conceitual e prática das tarifas comerciais: estas deixaram de operar como meras ferramentas de proteção ou política industrial para se tornarem armas de guerra geopolítica. O regime tarifário unilateral implementado rompeu abertamente com os pilares da Organização Mundial do Comércio (OMC), uma vez que o governo impôs uma tarifa-base universal sobre importações globais e alíquotas específicas contra a China que superaram a marca de 60%, buscando forçar o desacoplamento (*decoupling*) imediato das cadeias de suprimento globais (Budget Lab, 2025).

Como caso emblemático da aplicação política e discricionária desse novo instrumental, cita-se o evento de julho de 2025, quando Washington anunciou uma tarifa punitiva de 50% sobre produtos brasileiros de exportação. A justificativa formal, expressa na *Executive Order 14323*, não se limitava a balanças comerciais, mas citava explicitamente temas domésticos do Brasil, incluindo decisões do Poder Judiciário (STF) e a regulação de plataformas digitais americanas (CRAI, 2025; Federal Register, 2025). Tal ação marcou uma inflexão qualitativamente defensiva na diplomacia norte-americana: o uso do acesso ao seu mercado consumidor como alavanca coercitiva para violar e moldar a soberania jurídica e política interna de outra nação.

A volatilidade hegemônica atingiu seu ápice no início de 2026, com a renovada pressão sobre o Reino da Dinamarca em relação ao território da Groenlândia. Diferente de episódios precedentes tratados pela imprensa como mera retórica, a investida de 2026 vinculou abertamente negociações de acordos comerciais e garantias mútuas de defesa

à discussão do status territorial e estratégico da ilha (Chatham House, 2026; Político, 2026). A sugestão implícita de que a proteção no âmbito da OTAN poderia ser condicional a concessões territoriais ou econômicas consolidou a percepção, nas capitais europeias, de que a segurança coletiva fora convertida em um balcão de proteção condicional.

Contudo, a reação do sistema internacional a esse ambiente de instabilidade revelou variações profundas na capacidade adaptativa dos atores centrais da ordem global. Diante da imprevisibilidade estratégica norte-americana, a República Popular da China demonstrou a maior capacidade de adaptação estrutural e resiliência sistêmica no período, o que valida as teses do Realismo Neoclássico sobre a importância crucial da capacidade extrativa do Estado para o balanceamento externo (Rose, 1998). A estratégia de "Dupla Circulação" (*Dual Circulation*), desenhada para hipertrofiar o mercado interno e reduzir vulnerabilidades externas, converteu-se na doutrina operacional de sobrevivência de Pequim em 2025. Dados do Gabinete Nacional de Estatísticas da China confirmam que o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) atingiu níveis recordes, superando 3,6 trilhões de yuans (NBS, 2025). Esse esforço estatal massivo visou imunizar a infraestrutura industrial do país contra os rígidos controles de exportação de tecnologia aplicados por Washington, especialmente no setor de semicondutores de ponta e inteligência artificial.

A resposta chinesa à imposição tarifária envolveu, simultaneamente, uma profunda reengenharia geográfica do comércio internacional. Enquanto as exportações diretas da China para os Estados Unidos recuaram para aproximadamente 10% do seu fluxo total em 2025 (US Census Bureau, 2026), a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) consolidou-se como o maior parceiro comercial de Pequim. As exportações globais chinesas cresceram 5,5% em 2025, impulsionadas pelo transbordo (*transshipment*) de mercadorias por terceiros países – como Vietnã e México –, culminando em um superávit comercial histórico de US\$ 1,19 trilhão (Customs General Administration of China, 2026; Manufacturing.net, 2026). Em termos teóricos, a China exercitou a *virtù* de resistência formulada por Maquiavel (2010). Ao articular a "Dupla Circulação" com o financiamento estatal direto (NBS, 2025), Pequim operou uma elevada capacidade extrativa – variável interveniente clássica em Rose (1998) –, convertendo o choque externo da *Madman Theory* americana em um poderoso vetor de aceleração de sua autonomia tecnológica e da consolidação de "diques" econômicos continentais.

Simultaneamente, a Federação Russa utilizou a volatilidade hegemônica de 2025 para consolidar a militarização de sua economia e reorientar definitivamente seu eixo geopolítico e energético para a Ásia, interpretando a *Madman Theory* de Washington como uma oportunidade tática de desacoplamento do Ocidente. Subvertendo as projeções de colapso iminente, a economia russa manteve-se operacional por meio de um massivo estímulo fiscal voltado ao complexo industrial-militar, mesmo diante de tensões inflacionárias e de taxas básicas de juros que atingiram 21% ao ano (CSIS, 2025). O ano de 2025 marcou um ponto de inflexão histórico: pela primeira vez, a estatal Gazprom exportou maior volume de gás natural para a China do que para o conjunto do mercado europeu, com o gasoduto *Power of Siberia* ultrapassando sua capacidade projetada de 38,8 bilhões de metros cúbicos (The Electricity Hub, 2026). Essa reorientação estrutural, combinada ao uso extensivo de uma "frota fantasma" de petroleiros para contornar o teto de preços ocidental, garantiu o fluxo contínuo de divisas ao Kremlin.

Politicamente, Moscou adotou uma postura de cautela analítica e cálculo frio. O porta-voz Dmitry Peskov manteve a classificação dos EUA como "país inamistoso", evitando triunfalismos precoces (Al Jazeera, 2024). Estrategicamente, o Kremlin desenhou uma espécie de "Teoria do Louco Reversa", apostando que a índole estritamente transacional de Donald Trump culminaria no esvaziamento do apoio financeiro e militar à Ucrânia, encarado por Washington como um encargo sem retorno econômico. A tática de Moscou traduziu-se em uma "paciência agressiva", aguardando que a imprevisibilidade norte-americana corroesse por dentro a coesão da OTAN e forçasse Kiev a concessões territoriais. Conceitualmente, a Rússia operacionalizou uma *virtù* oportunista (Maquiavel, 2010). O Kremlin antecipou a fragmentação do consenso ocidental e utilizou a incerteza gerada pela diplomacia volátil dos EUA para sedimentar sua

"estratégia de exaustão", garantindo a viabilidade material de sua economia de guerra através da integração irreversível com o mercado asiático (CSIS, 2025; The Electricity Hub, 2026).

Em contraste com a adaptabilidade sino-russa, a União Europeia sob a pressão do biênio 2025-2026 converteu-se no estudo de caso emblemático do fenômeno do sub-equilíbrio (*underbalancing*), teorizado por Schweller (2006): a inércia institucional e as divisões políticas internas impediram a gestação de uma resposta coesa e autônoma à coerção econômica e às incertezas defensivas impostas pelos EUA. A vulnerabilidade do modelo europeu focado em exportações ficou evidente quando a indústria automobilística alemã registrou uma retração de 14% em suas vendas para o mercado norte-americano nos primeiros trimestres de 2025 (KPMG, 2025). Diante do risco iminente de desamparo em relação ao guarda-chuva de segurança transatlântico, os governos europeus aceleraram suas despesas militares. Em 2025, pela primeira vez na história recente, todos os membros europeus da OTAN atingiram a meta de aplicar 2% do PIB em defesa, emergindo debates na cúpula de Haia para estabelecer um novo patamar fixado em 5% até 2035 (SIPRI, 2025).

Contudo, embora a perspectiva de rearmamento indique uma mobilização orçamentária inédita, o bloco europeu permaneceu paralisado em um estado de sub-equilíbrio político (Schweller, 2006). A ausência de uma doutrina militar unificada e a rivalidade de interesses entre as elites nacionais impediram a conversão do capital financeiro em capacidade de dissuasão autônoma. Enquanto o presidente francês Emmanuel Macron reiterava discursos sobre a "soberania estratégica", a liderança da OTAN, sob o Secretário-Geral Mark Rutte, recorreu à tática da "lisonja estratégica" (*strategic flattery*), elogiando publicamente a assertividade de Washington para tentar manter os EUA engajados na defesa do continente (Político, 2026). Sob a ótica do Realismo Neoclássico, essa dissonância escancara a fragilidade da posição europeia. A falta de coesão de elite e a dependência histórica deixaram a Europa exposta à *Fortuna* maquiavélica (Rose, 1998; Maquiavel, 2010). A "lisonja estratégica" funcionou como um dique diplomático precário e paliativo, revelando a incapacidade do bloco de responder autonomamente aos choques do sistema internacional.

Por fim, o Brasil converteu-se no principal laboratório empírico para testar os limites de autonomia de uma potência média emergente do Sul Global frente à coerção hegemônica direta, adotando uma reinterpretação pragmática da doutrina do "Não-Alinhamento Ativo" (Fortin; Heine; Ominami, 2023). Diante da imposição da tarifa punitiva de 50% em julho de 2025 via *Executive Order 14323*, o governo brasileiro enfrentou uma profunda assimetria de poder que inviabilizava a aplicação de retaliações comerciais equivalentes, as quais seriam economicamente destrutivas para o setor produtivo nacional. Sob a lente analítica do Realismo Neoclássico, a postura diplomática brasileira é explicada não apenas pelas pressões do sistema internacional, mas pelo papel mediador das variáveis intervenientes domésticas (Rose, 1998; Schweller, 2006). A Ordem Executiva da Casa Branca instrumentalizou de forma explícita as divisões políticas internas brasileiras ao citar abertamente decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e a regulação de *big techs* (CRAI, 2025; Federal Register, 2025).

A ausência crônica de um consenso de elite comprometeu a capacidade de resposta coesa do Estado brasileiro (Schweller, 2006): enquanto o Poder Executivo adotava a linha de "conter e engajar" (CEBRI, 2025) para isolar a retórica agressiva de Washington e proteger as exportações do agronegócio e da indústria, setores da oposição no Congresso Nacional e frações do empresariado interpretavam as sanções externas como fruto de desacertos da política interna ou de alinhamentos ideológicos globais. Essa fricção entre os Poderes e a paralisia no Legislativo inviabilizaram a aprovação de medidas compensatórias de maior alcance, confirmando o diagnóstico de sub-equilíbrio induzido pela polarização política (Schweller, 2006).

Para mitigar tais vulnerabilidades sem precipitar um rompimento catastrófico com Washington, a diplomacia do Itamaraty atuou para blindar os canais burocráticos e comerciais de negociação, isolando-os do ruído da política de cúpula. Como consequência estrutural involuntária, a coerção norte-americana acabou empurrando o Brasil para uma integração econômica e financeira ainda mais profunda com a China. O comércio bilateral sino-brasileiro alcançou o

patamar histórico de US\$ 171 bilhões em 2025 (Global Times, 2026). O Brasil aproveitou sua atuação no BRICS para impulsionar mecanismos de pagamento alternativos e expandir o uso do Renminbi (RMB) em suas reservas internacionais e transações comerciais (Araripe; Peruffo; Cunha, 2025). O país demonstrou que, para as potências médias emergentes, a sobrevivência e a soberania na era da "Hegemonia da Volatilidade" dependem da construção de diques fundados na diversificação radical de parcerias estratégicas.

Conclusão

A análise comparativa das reações estatais à "Hegemonia da Volatilidade" no biênio 2024-2026 revela uma transformação estrutural na gramática do poder global e na dinâmica da anarquia internacional (Rose, 1998; Salles, 2023). A *Madman Theory* (Teoria do Louco), ressuscitada e amplificada a partir de Washington como instrumento deliberado de barganha coercitiva, deixou de ser um mero recurso tático de conjuntura para se consolidar como o próprio princípio organizador das relações internacionais contemporâneas (Ellsberg, 1959; McManus, 2021). Contudo, como demonstrado empiricamente, os impactos dessa volatilidade hegemônica não foram homogêneos: seus efeitos sobre a estabilidade dos Estados foram decisivamente mediados e transformados pelas capacidades extrativas internas e pelo grau de coesão das elites de cada ator envolvido (Rose, 1998; Schweller, 2006).

Retornando às lições clássicas de Maquiavel (2010), torna-se possível tipificar conceitualmente o desempenho estratégico dos atores analisados diante da tempestade da *Fortuna*. Os Estados Unidos demonstraram uma *virtù* ofensiva, instrumentalizando o caos e a imprevisibilidade para quebrar a inércia burocrática das instituições multilaterais e forçar renegociações assimétricas (Maquiavel, 2010; McManus, 2021). A República Popular da China exercitou uma *virtù* de resistência estrutural, mobilizando sua alta capacidade extrativa para erguer "diques" tecnológicos e comerciais que absorveram os choques tarifários e aceleraram sua autonomia estratégica (Rose, 1998; Maquiavel, 2010; NBS, 2025). A Federação Russa, por sua vez, operou mediante uma *virtù* oportunista, explorando as fissuras e a estafa da cooperação ocidental para consolidar sua economia de guerra e ancorar definitivamente seu eixo energético na Ásia (Maquiavel, 2010; CSIS, 2025; The Electricity Hub, 2026).

Em contrapartida, as respostas da União Europeia e do Brasil evidenciaram as limitações impostas pelas variáveis intervenientes domésticas (Rose, 1998; Schweller, 2006). A União Europeia, paralisada pela fragmentação institucional e pela ausência de uma doutrina de defesa unificada, converteu-se no caso clássico de sub-equilíbrio (*underbalancing*), recorrendo à "lisonja estratégica" como um dique paliativo e precário frente à perda de previsibilidade do guarda-chuva transatlântico (SIPRI, 2025; Politico, 2026; Schweller, 2006).

O Brasil, sob o fogo cruzado de coercitivas tarifas punitivas (*Executive Order 14323*), viu sua capacidade de retaliação e resposta coesa ser severamente tolhida pela profunda polarização política e pela ausência de consenso de elite entre os Poderes (Federal Register, 2025; Schweller, 2006). Para preservar a estabilidade institucional e evitar o colapso de setores produtivos, o país navegou a crise por meio de um pragmatismo defensivo balizado pelo "Não-Alinhamento Ativo", que, se por um lado evitou a escalada do conflito direto com Washington, por outro acelerou a inserção financeira e comercial brasileira na órbita de Pequim e do BRICS (Fortin; Heine; Ominami, 2023; Araripe; Peruffo; Cunha, 2025; CEBRI, 2025).

Conclui-se que o horizonte da ordem internacional de 2026 não aponta para a restauração das normas do institucionalismo liberal, mas para a consolidação de uma "multipolaridade desordenada" (Rose, 1998; Fortin; Heine; Ominami, 2023). Nesse novo teatro global, a segurança e a soberania não pertencem aos atores que buscam o amparo passivo de regras abstratas, mas àqueles que, como advertiu o pensador florentino, possuem a audácia política de construir seus próprios diques materiais antes que a tempestade se manifeste, internalizando a volatilidade não como um acidente passageiro, mas como a constante estrutural do século XXI (Maquiavel, 2010; Salles, 2023).

Referências

- AL JAZEERA. 'Too early to rejoice': Why Russia isn't celebrating Trump win – yet. **Al Jazeera**, Doha, 7 nov. 2024. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2024/11/7/why-russia-isnt-celebrating-trump-win-us-election>> Acesso em: 20 jan. 2026.
- ARARIPE, Luciana; PERUFFO, Letícia; CUNHA, André Moreira. Challenging Dollar Dominance? How Brazil Responds to RMB Internationalization. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 68, n. 2, p. 1-22, 2025. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/3HPZn3K5Qt53fVxN5Sz466v/?format=html&lang=en>> Acesso em: 20 jan. 2026.
- BUDGET LAB. **State of U.S. Tariffs: October 2025 Update**. Yale Budget Lab, New Haven, out. 2025. Disponível em: <<https://budgetlab.yale.edu/research/state-us-tariffs-october-30-2025>> Acesso em: 20 jan. 2026.
- CEBRI. Contain and Engage: Brazil's Strategy for Trump 2.0. **CEBRI-Journal**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 14, p. 45-60, 2025. Disponível em: <<https://cebri.org/revista/en/artigo/216/contain-and-engage>> Acesso em: 20 jan. 2026.
- CHATHAM HOUSE. Trump's Davos speech backed off escalation in Greenland. London: **Chatham House**, 22 jan. 2026. Disponível em: <<https://www.chathamhouse.org/2026/01/trumps-davos-speech-backed-escalation-greenland-will-not-prevent-eu-rush-strategic-autonomy>> Acesso em: 25 jan. 2026.
- CRA. **Brazil at the Crossroads: Navigating the Ripple Effects of Trump's Tariffs**. Boston: Charles River Associates, jul. 2025. Disponível em: <<https://www.crai.com/insights-events/publications/brazil-at-the-crossroads-navigating-the-ripple-effects-of-trumps-tariffs/>> Acesso em: 20 jan. 2026.
- CSIS. **The Russian Economy in 2025: Between Stagnation and Militarization**. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies, 2025. Disponível em: <<https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/report/the-russian-economy-in-2025-between-stagnation-and-militarization/>>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- CUSTOMS GENERAL ADMINISTRATION OF CHINA. **China's trade ends 2025 with record \$1.2 trillion surplus**. Beijing: GACC, 14 jan. 2026. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/china/chinas-trade-ends-2025-with-record-trillion-dollar-surplus-despite-trump-tariffs-2026-01-14/>> Acesso em: 20 jan. 2026.
- ELLSBERG, Daniel. **The Political Uses of Madness**. Lecture delivered at the Lowell Institute, Boston, 1959.
- FEDERAL REGISTER. **Addressing Threats to the United States by the Government of Brazil**. Executive Order 14323. Washington, D.C.: Federal Register, v. 90, n. 145, 30 jul. 2025. Disponível em: <<https://www.federalregister.gov/documents/2025/07/30/eo14323>> Acesso em: 20 jan. 2026.
- FORTIN, Carlos; HEINE, Jorge; OMINAMI, Carlos (ed.). **Latin American Foreign Policies in the New World Order: The Active Non-Alignment Option**. London: Anthem Press, 2023.
- GLOBAL TIMES. **Brazil-China trade reaches historic high in 2025**. Beijing: Global Times, 15 jan. 2026. Disponível em: <<https://www.globaltimes.cn/page/202601/1305412.shtml>> Acesso em: 20 jan. 2026.
- HALDEMAN, H. R. **The Ends of Power**. New York: Times Books, 1978.
- KPMG. **US influence on German car makers: Tariffs impact analysis**. Munich: KPMG International, mai. 2025. Disponível em: <<https://kpmg.com/de/en/insights/geopolitics/us-influence-on-german-car-makers.html>> Acesso em: 20 jan. 2026.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- MCMANUS, Roseanne W. Crazy Like a Fox? Are Leaders with Reputations for Madness More Successful at International Coercion?. **British Journal of Political Science**, Cambridge, v. 51, n. 1, p. 275-293, 2021.
- NBS. **Communiqué on National Expenditures on Science and Technology in 2024**. Beijing: National Bureau of Statistics of China, 2025. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/202509/t20250901_1958412.html> Acesso em: 20 jan. 2026.
- POLÍTICO. With Greenland push, Trump once again thinks he's got the cards. **Politico**, Brussels, 9 jan. 2026. Disponível em: <<https://www.politico.com/news/2026/01/09/trump-greenland-strategy-push-nato-00720196>> Acesso em: 20 jan. 2026.
- ROSE, Gideon. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. **World Politics**, Cambridge, v. 51, n. 1, p. 144-172, 1998.
- SALLES, Lucio Massafferri. **A arquitetura do caos: guerra híbrida, operações psicológicas e manipulação digital**. Rio de Janeiro: Editora FiloCzar, 2023.
- SCHELLING, Thomas C. **The Strategy of Conflict**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1960.

SCHWELLER, Randall L. **Unanswered Threats: Political Constraints on the Balance of Power**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

SIPRI. **NATO's New Spending Target: Challenges and Risks**. Stockholm: Stockholm International Peace Research Institute, jun. 2025. Disponível em: <<https://www.sipri.org/commentary/topical-background/2025/natos-new-spending-target>> Acesso em: 20 jan. 2026.

THE ELECTRICITY HUB. **China Gets 38.8bcm of Russian Gas in 2025**. The Electricity Hub, 12 jan. 2026. Disponível em: <<https://theelectricityhub.com/china-gets-38-8bcm-of-russian-gas-in-2025/>> Acesso em: 20 jan. 2026.

US CENSUS BUREAU. **Trade in Goods with China: 2025**. Washington, D.C.: U.S. Census Bureau, 2026. Disponível em: <<https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5700.html>> Acesso em: 20 jan. 2026.

<i>Funções de colaboração exercidas</i>	
Mariane Silverio	Conceituação; Metodologia; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pela autora de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)